

VII CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ESTUDOS DO TRABALHO: O Trabalho no Século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas

GT 17: Sociología de las Profesiones. Los modelos profesionales en debate.

Título: Notas sobre “exploração em rede” e ruptura salarial a partir de uma profissional da Comunicação

Autor: Gustavo Neves Bezerra

Título: Notas sobre “exploração em rede” e ruptura salarial a partir de uma profissional da Comunicação

No campo profissional da Comunicação Social, tem proliferado o teletrabalho “à distância”, reforçando a tendência à contratação “por projetos”, ainda que convivendo com relações duráveis de subordinação do trabalhador a um “cliente”. O presente trabalho narra a trajetória de uma profissional da Comunicação, que se vê obrigada a abrir sua firma e a romper com as expectativas de obter um emprego convencional. A experiência ilustra que as práticas de subcontratação de profissionais, conduzidas por grandes empresas, induzem à ocorrência em cascata de formas de “exploração em rede”: o volume de trabalho desses profissionais é tão grande que, para garantir sua subsistência com base na coexistência de múltiplos projetos mal remunerados, precisam contratar (informalmente) profissionais ainda mais precários para assumir parte das tarefas.

Objeto: No campo profissional da Comunicação Social, tem proliferado o teletrabalho “à distância”, reforçando a tendência à contratação “por projetos”, ainda que convivendo com relações duráveis de subordinação do trabalhador a um “cliente”. O artigo descreve e analisa a experiência de inserção compulsória de uma profissional da Comunicação no universo dos que têm firma própria¹, interpelando as condições sociais de reprodução dessa experiência, tais como: condições de obtenção da renda; padrão de relação com clientes e fornecedores; necessidade de reposicionamento subjetivo em relação a uma trajetória inicialmente planejada para a experiência do assalariamento protegido; responsabilização pessoal sobre a tomada de decisão quanto à extensão e intensidade das jornadas de trabalho; a “necessidade” de burlar leis e normas trabalhistas para diminuir a carga de trabalho próprio repassá-la a “funcionários”.

Objetivo: o objetivo principal é verificar em que medida profissionais forçados a abrir firma própria enfrentam contextos que favorecem o desengajamento pessoal no projeto (típico do modelo social consagrado nos Pós-Guerra) de se estabelecer regulações sociais sobre as práticas econômicas. Dizendo de outro modo: o artigo inquirir se a metamorfose do demandante de trabalho (que deixa ser “patrão” para ser “cliente”, ao agenciar *trabalho em rede*) é um fenômeno que repercute sobre profissionais de modo torná-los interessados na desregulação de antigas convenções associadas ao assalariamento protegido. Nesse sentido, procura-se verificar em que medida a organização em rede contribui para a naturalização de explorações² vividas (sofridas por conta da ação de outros agentes) e passadas adiante (sobre funcionários sem contrato formal).

¹ Daqui para frente, chamar-se-á a experiência de *pejotização*. O termo vem da abreviação de “Pessoa Jurídica” (PJ), em português. Será usado ainda o termo “profissional *pejotizado*”, querendo designar alguém que é forçado a abrir uma firma, para atender a um demandante de trabalho que não quer contratar o serviço na forma do assalariamento protegido.

² Boltanski e Chiapello consideram que o capitalismo estruturado em rede instaura um tipo específico de exploração. Isso porque “se pode dizer que os que são imóveis são explorados em relação aos que são móveis, no sentido de que o papel por eles desempenhado como fator de produção não é reconhecido como mereceria, e sua contribuição para formação do valor agregado (...) cada um vive a angústia permanente de ser desconectado, ficar entregue à própria sorte, abandonado no local por aqueles que se deslocam” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p. 372-373). Além disso, haveria a “exploração no sentido forte”, referida à diminuição de “uma pessoa humana de tal modo que ela deixa de ter condições de manifestar sua grandeza em qualquer outro campo (...) pelo aparecimento progressivo da incapacidade não só de criar novos elos, mas até de manter os elos existentes (afastamento dos amigos, rompimento de laços familiares, divórcio, alienação política)...” (IBIDEM, 2009, p. 374).

Metodologia: o material empírico é levantado a partir do método da *história de vida* de uma jovem formada em Comunicação Social da cidade de Curitiba (Brasil) que, após viver a condição de desempregada, teve que abrir uma empresa para prestar serviço habitual a uma grande firma de distribuição de filmes. Em paralelo, o artigo se vale do levantamento bibliográfico pertinente aos temas do “trabalho imaterial”, do “pós-fordismo” e da desconstrução relativa da “sociedade salarial” no Brasil e no mundo.

Resultados: entre os principais resultados, pode-se enumerar: 1) práticas de subcontratação de profissionais da comunicação, conduzidas por grandes empresas, induzem à ocorrência em cascata de formas de “exploração em rede”: o volume de trabalho de profissionais que vivem ao largo da proteção salarial é tão grande³ que, para garantir sua subsistência com base na coexistência de múltiplos projetos, precisam contratar (informalmente) profissionais ainda mais precários para assumir parte das tarefas, utilizando o artifício de “emitir a nota” (fiscal) ou da RPA (Registro de Pagamento a Autônomo). Ou seja, a metamorfose do demandante de trabalho, que deixa ser “patrão” para ser “cliente”, depende, como contrapartida para sua viabilidade, da erosão da solidariedade intraprofissional de setores que, no início da década de 1980, tendiam a se sindicalizar e se qualificar como parte da “classe trabalhadora”⁴; 2) É possível ver, dentro das próprias trajetórias familiares, rupturas em relação à solidariedade intraprofissional: se no passado, os pais foram protegidos pela solidariedade de “companheiros” de profissão em grandes firmas, os filhos *pejotizados* podem ver hoje seus colegas de ofício como concorrentes, ou mesmo passam a depender da exploração destes para prosperar; 3) A pesquisa confirma casos em que a *pejotização* por coerção foi subjetivamente mais suportável (e por isso menos conflitiva, evitando, por exemplo, o recurso à Justiça do Trabalho), por conta da emergência do ideário do empreendedorismo, que captura e agencia a “positividade” da atmosfera antirregulatória e de negação de hierarquias formais que explodiu no final da década de 1970.

³ RIVERO (2008), partir da PNAD de 1995, constatou esse número maior de horas trabalhadas por parte de profissionais situados ao largo da proteção salarial, no que dizia respeito à região metropolitana do Rio de Janeiro” (IBIDEM, p. 197).

⁴ O sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro (SENGE) foi exemplar, nos anos 1980, desse enquadramento simbólico de um grupo profissional tradicionalmente “liberal” como um partícipe da classe trabalhadora.

Ao focalizar a trajetória de SEL⁵, o que fazemos simultaneamente é tomar pé de estratégias de grandes firmas em relação ao agenciamento de trabalho imaterial. O que chama atenção no caso específico que envolve SEL, é que o setor de comunicação, mesmo sendo considerado uma peça-chave para a competitividade de grandes empresas contemporâneas, pode constituir uma espécie de caixa-preta para grandes firmas, na medida em que *quarterizam* esse tipo de serviço: o que se tem em tela são grandes empresa que delegam a gestão direta desse tipo de serviço, tanto quanto ficam desobrigada de oferecer proteção social a quem lhe presta o mesmo.

Esse tipo de inserção profissional destoa da trajetória dos avós de SEL (paternos e maternos) e dos pais, marcados pelas experiências do assalariamento protegido. A família nuclear, não obstante, viria passar pela mais radical experiência de insegurança social possível: a perda do provedor principal, num acidente de carro, na volta do trabalho. A perda subjetiva irreparável foi, no plano econômico, minimizada por um dos principais dispositivos da regulação salarial: a solidariedade do corpo profissional. SEL, sua mãe e seus dois irmãos conseguiram a reprodução sociocultural da família graças ao fundo de pensão dos empregados da firma estadual em que o pai, engenheiro, trabalhava. Tomou-se o acidente paterno como “de trabalho” e a viúva passou a receber uma pensão pelo sinistro.

SEL, em sua vida profissional, está longe de ter esse tipo de retaguarda em caso de impossibilidade temporária de trabalhar, assim como a família que deseja constituir não poderá contar que esse tipo de expediente no caso de SEL lhes faltar. Sua segurança socioeconômica depende inteiramente de seu trabalho e da poupança privada que consegue constituir. Como a remuneração na distribuidora de filmes⁶ era irrisória, CEL teve que arranjar outros clientes. Por isso mesmo, ela precisa fazer de sua vida quase um fluxo contínuo de labor e, mais ainda, de procura constante por mais clientes. Suas férias e finais de semana “desapareceram” num nível que jamais havia imaginado nos tempos de graduação. Chegara um ponto em que ela considerou ser necessário dar limite ao trabalho: impossibilitada de ser tão móvel que pudesse estar em dois lugares em curto período, percebeu que precisava contar com *dublês* (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009) para dar conta dos clientes que tinha.

⁵ Nome fictício.

⁶ A multinacional que primeiramente lhe obrigou a constituir firma para “emitir uma nota”.

Passados oito anos da primeira “contratação”, a empresa já contava com três funcionárias (cinco ao todo, contando duas ex-funcionárias), sendo que apenas uma tinha carteira assinada: a estagiária. Mesmo no caso desta, uma esquiva a mais às normas salariais foi necessária, considerando que a estagiária já era uma jornalista formada que estava “sem fazer nada”. Em 2009, SEL estava com planos de “efetivar” a estagiária, mas no modelo em curso: pagando remuneração costumeira com a contrapartida da apresentação de uma nota de RPA. Em sua expressão: “no fim, não tenho funcionárias, **tenho autônomas trabalhado para mim**”. Há tempos, trabalham em seu escritório, que deixou de ser um *homeoffice*.

O capital social de que dispõe, e do qual não poderia abrir mão na maior parte das vezes, faz com que tenha que se mobilizar em diferentes frentes, o que não seria possível sem colocar alguém em seu lugar em cada movimento temporário de saída. Temos aí uma dinâmica que corresponde ao observado por BOLTANSKI e CHIAPELLO (2009, p. 372), de que os *pequenos*, num mundo conexionalista, são duplões dos *grandes*: “permanecendo no lugar, os pequenos garantem a presença do grande nesse lugar, pois eles não podem estar em toda parte ao mesmo tempo, e mantêm para eles os laços que eles teceram (...) O duplê precisa ficar no lugar onde foi posto. Sua permanência nesse nó da rede permite que o grande se desloque”. SEL não é uma *grande* nas redes da acumulação capitalista, evidentemente. Entretanto, a maneira que encontra de compensar sua condição diminuta é de passar a imobilidade adiante, libertando-se em parte do lugar em que foi colocada. Passa a gerenciar, com alguma mobilidade, a imobilidade de outros (que não conseguem ter uma ocupação melhor do que a de trabalhar habitualmente, sem contrato, para uma pequena prestadora de serviço).

Numa completa inversão da lógica do arranjo da questão social pretérita, SEL considera que o maior risco de sua vida laboral é que suas funcionárias entrem na Justiça contra a sua firma, tornando os dois pilares da regulação salarial seus maiores inimigos: Estado e assalariamento protegido. Em mais um movimento de inversão da lógica da regulação salarial, ela está fazendo uma poupança individual como reserva

porque um dia “pode existir alguma coisa” na Justiça⁷. Trata-se, ela faz questão de frisar, de um risco que, diferente de outros, ela teve condições de escolher. A escolha se ampara na aproximação subjetiva que estabelece com suas funcionárias: SEL “contrata” apenas mulheres jovens iniciantes nas artes da comunicação social, com as quais seria mais fácil estabelecer uma relação de identificação, neutraliza assim ressentimentos.

Nada disso deve mascarar, na análise sociológica, que o tema da solidariedade intraprofissional desliza do problema de se evitar a concorrência entre os pares para o âmbito da aceitação de explorações temporárias, “justificáveis” e passáveis adiante (aos mais frágeis do grupo profissional). Se existe algo que distingue bem os pequenos escritórios do setor de serviços de hoje das antigas oficinas artesanais é justo o fato de que não se conta mais com um regime estrito de contenção da concorrência, que costumava permitir a própria oferta de proteção social pelos que estavam no topo da hierarquia aos mais fracos.

Bibliografia Principal

BOLTANSKI, L. CHIAPELLO, E. **O Novo Espírito do Capitalismo**. Martins Fontes. São Paulo. 2009

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**. Petrópolis: Editora Vozes, 4.a edição, 1998.

GRÜN, R. **Promessa da Inserção Profissional Instigante da Sociedade em Rede: a imposição de sentido e a sua sociologia**. Dados, v. 46, n. 1, 2003.

HARDT, M. NEGRI, A. **Império**. Record. São Paulo. 2001.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

OLIVEIRA, F.O. **Os Direitos do Antivalor**. Editora Vozes. Petrópolis. 1998.

_____. **Crítica da Razão Dualista/O Ornitorrinco**. Boitempo. São Paulo. 2003.

RIVERO, P. **Trabalho: Opção ou Necessidade? Um século de Informalidade no Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

SENNETT, R. **O Artífice**. Rio de Janeiro, Record, 2009.

⁷ A poupança individual geralmente era fruto da proteção social que o trabalhador gozava. A poupança de SEL é fruto, em parte, da economia que faz ao não formalizar a relação de trabalho com suas funcionárias, e é esta poupança individual que lhe dá algum segurança subjetiva em relação a uma futura interpelação judicial.